



Número: **0000149-31.2020.8.17.2690**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Ibimirim**

Última distribuição : **10/04/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE LUCIANO DA SILVA (AUTOR)		MARCOS ANDRE DA SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (RÉU)		PEDRO PAULO DO NASCIMENTO VITAL (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
60509295	10/04/2020 14:09	Petição Inicial	Petição Inicial
60509296	10/04/2020 14:09	Procuração e Declaração de Pobreza	Procuração
60509297	10/04/2020 14:09	RG, CPF e Comp Resid	Documento de Identificação
60509300	10/04/2020 14:09	Documentos Médicos	Documento de Comprovação
60509301	10/04/2020 14:09	Documentos da Moto	Documento de Comprovação
60509303	10/04/2020 14:09	BO do Acidente	Documento de Comprovação
60509305	10/04/2020 14:09	Indeferimento Administrativo	Documento de Comprovação
60544086	13/04/2020 17:53	Despacho	Despacho
61335979	01/05/2020 22:03	Carta	Carta

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA IBIMIRIM/PE.

-
-
-
-
-
-

-
-
-

JOSE LUCIANO DA SILVA, brasileiro, separado, agricultor, portador do RG nº 5.533.899, e inscrito no CPF sob o nº 026.621.054-61, residente e domiciliado no Travessa Alexandre Emerêncio, Nº 328, Boa Vista, CEP: 56.580-000, Ibimirim/PE, por seu advogado no final firmado, com endereço profissional no rodapé, vem perante Vossa Excelência, propor

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO

OBRIGATÓRIO – DPVAT

contra a **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, situada na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20.031-205, onde deverá ser citada, pelos motivos de fato e de direito, que a seguir expõe:

1.0 – DA NÃO REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO.

O Autor, desde logo, manifesta seu **NÃO INTERESSE** pela realização da audiência de conciliação ou mediação, conforme os termos dos artigos 319, VII e 334 do Novo Código de Processo Civil.

-

2.0 – DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA.



Inicialmente, o Autor Requer a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, conforme a Lei 1.060/50, por não poderem arcar com as despesas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo de sua subsistência e de sua família.

-

3.0 – DA PRELIMINAR DE IMPOSSIBILIDADE DE AUTOCOMPOSIÇÃO – DA NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL

No caso, está previsto na Lei nº 6.194/74 e suas alterações posteriores diferentes lesões e graus de invalidez permanente, classifica em total ou parcial, está última subdividida em completa e incompleta, assim como inseriu tabela para disciplinar os percentuais das perdas à cobertura securitária, de acordo com a respectiva repercussão da lesão.

Deste modo, faz-se necessária a produção de prova pericial para aferição da LESÃO sofrido pela parte Autora e da respectiva REPERCUSSÃO (GRAU), de acordo com a Tabela anexa a Lei nº 6.194/74, introduzida pela Lei 11.945/2009.

Diante disso, nas ações dessa natureza a prática tem demonstrado que a designação de audiência preliminar de conciliação objetivando a realização de composição entre as partes tem sido infrutíferas devido à necessidade de produção de prova pericial. E, por essa razão a Seguradora Ré tem se limitado a conciliações em MUTIRÕES realizados em parcerias com os Tribunais de Justiça em todo País, inclusive por esse Egrégio Tribunal, motivo pelo qual a designação de audiência com essa finalidade restará sem êxito.

Assim sendo, a parte Autora informa a Vossa Excelência o seu desinteresse na autocomposição, nos termos do art. 334, § 4º, I e § 5º do CPC.

-

3.0 – DOS FATOS

O promovente é vítima de acidente de trânsito ocorrido, em 16/09/2017, tudo conforme se depreendem do indeferimento Administrativo anexado a peça inicial e documentos do Hospital.

Por ocasião do acidente, o autor sofreu várias lesões que o deixou com Transtornos de discos lombares e de outros discos intervertebrais com radiculopatia (CID 10 - M51.1), Estenose da coluna vertebral (CID 10 - M48.0), Lumbago com ciática (CID 10 - M54.4), estando invalido para qualquer tipo de trabalho.

Nos meses subsequentes ao acidente iniciou-se o enorme sofrimento da parte autora, sempre com a esperança de recuperar-se daquela sequela, haja vista o fato de que, para uma pessoa até então saudável, ter de permanecer com restrição na mobilidade e normalidade.

Ressalta-se que foi requerido administrativamente a liberação da integralidade do valor da indenização do Seguro DPVAT por invalidez Permanente, contudo não foi pago nenhum valor a título de acidente sofrido.

Assim, não restou alternativa ao demandante, senão pleitear a justa indenização a ele devida, no que tange ao seguro obrigatório DPVAT, em razão da invalidez permanente que ora lhe acobertara, em total consonância à Lei nº. 1.482/2007.



Munida da documentação necessária, vem pleitear da empresa promovida, por ser integrante do consórcio de seguradoras que operam o seguro DPVAT, o pagamento da indenização acima referida até o valor de R\$ 13.500,00.

Desta forma, recorre o Promovente ao Poder judiciário, para receber a quantia que tem direito a indenização securitária de DPVAT, por ser de inteira e merecida justiça.

4.0 – DO DIREITO.

-

4.1 – DA LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM:

O seguro de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres – DPVAT, conhecido popularmente como SEGURO OBRIGATÓRIO, tem a finalidade de socorrer as vítimas de acidentes de trânsito em todo território nacional, não importando de quem seja a culpa.

No caso em comento, é direito do promovente perceber uma indenização por danos pessoais, ante a sua debilidade permanente decorrente de acidente automobilístico.

Vale a pena destacar, que a legitimidade ativa da autora na presente demanda é cristalina. Neste sentido, dúvidas não há, ante a dicção legal do art. 4º da Lei nº 6.194/74, in verbis:

“A indenização no caso de morte será paga, na constância do casamento, ao cônjuge sobrevivente; na sua falta, aos herdeiros legais. Nos demais casos, o pagamento será feito diretamente à vítima na forma que dispuser o Conselho Nacional de Seguros Privados”.
(GRIFO NOSSO)

4.2 – DA LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM:

O art. 7º da Lei 6.194/74, por seu turno, determina que, em se tratando do seguro denominado DPVAT, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao referido consórcio será parte legítima para figurar no pólo passivo da demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer seguradora que faça parte do complexo da FENASEG constitui-se em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas a SEGURADORA LIDER.

Neste diapasão, alinha-se adiante o seguinte julgado, in litteris:

“APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE – SEGURADORA – Qualquer seguradora autorizada a operar com o



DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados”. (TAMG – AP 0350628-9 – Uberlândia – 1ª C. Cív. – Rel. Juiz Silas Vieira – J. 18.12.2001) (destaque nosso)

Quanto à legitimidade passiva, mostra-se incontroversa qualquer sombra de dúvida, de sorte que qualquer seguradora que atue no complexo da FENASEG, poderá compor o polo passivo da demanda, como instituição obrigada a compor e efetuar o pagamento do seguro obrigatório em questão.

4.3 – DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO:

Anota o art. 5º e art. 7º, ambos da Lei nº 6.194/74 que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, bem como reforçado pela Súmula 257 do STJ, Vejamos:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”. (grifo nosso)

“A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei”. (destaque nosso).

“STJ. SÚMULA 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização”.

Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.

É incontestado, portanto, a concepção atual da doutrina e jurisprudência no sentido de tão somente exigir a prova do fato e suas consequências danosas, nada mais sendo necessário, inclusive o pagamento do prêmio.

4.4 – DA DESNECESSIDADE DE PRÉVIO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO:

A Lei n. 6.194/74, que institui o Seguro Obrigatório, alterada pela Lei n. 8.441/92, em seu conteúdo normativo não estabelece a necessidade de esgotamento da esfera administrativa, a fim de pleitear o recebimento do seguro, assim como não exige a negativa por parte das seguradoras que integram o sistema para tal fim. Tal assertiva é confirmada, uma vez que esses comandos legais já foram devidamente recepcionados pela norma constitucional vigente, estando em harmonia com os direitos e



garantias fundamentais, tais como os princípios da legalidade, inafastabilidade e indeclinabilidade da prestação jurisdicional.

4.5 – DA FACULDADE DO AUTOR PARA O FORO COMPETENTE EM AJUIZAR A PRESENTE DEMANDA:

-

De acordo com a recente decisão do E. STJ no Recurso Especial nº REsp 1357813 / RJ (2012/0262596-6), a parte Autora tem a faculdade de propor ação no foro do seu próprio domicílio, no foro do local do acidente ou, ainda, no foro do domicílio do réu. Assim, vejamos a sua redação:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE DE VEÍCULOS. SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES - DPVAT. DEMANDA DE NATUREZA PESSOAL. FACULDADE DO AUTOR NA ESCOLHA DO FORO PARA AJUIZAMENTO DA AÇÃO. FORO DO DOMICÍLIO DO RÉU. ART. 94, CAPUT, DO CPC. LOCAL DO ACIDENTE OU DE SEU DOMICÍLIO. ART. 100, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC.

1. Para fins do art. 543-C do CPC: Em ação de cobrança objetivando indenização decorrente de Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os seguintes foros para ajuizamento da ação: o do local do acidente ou o do seu domicílio (parágrafo único do art. 100 do Código de Processo Civil); bem como, ainda, o do domicílio do réu (art. 94 do mesmo Diploma). 2. No caso concreto, recurso especial provido. (REsp 1357813/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 11/09/2013, DJe 24/09/2013) (grifo nosso).

Portanto, o foro de domicílio do Autor é plenamente competente para apreciar e julgar o feito nas ações relativas de cobrança de seguro Dpvt.

4.6 – DO PEDIDO DE JUNTADA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

-

O Diploma Processual Civil autoriza nos artigos 355 e ss. determinação da exibição em juízo de documento ou coisa que esteja em poder de uma das partes e interesse ao esclarecimento da causa.

Dessa maneira, a exibição de original ou cópia do processo administrativo que está em poder da Empresa Ré, torna-se essencial para o esclarecimento da causa.

-

4.7 – DA NOMEAÇÃO DO PERITO JUDICIAL – INSTRUÇÃO NORMATIVA 5/2015A



Requer a nomeação do perito judicial, em virtude da instrução normativa 5/2015, que firma o convenio do TJPE junto a seguradora ré com a finalidade de percentualizar a debilidade da parte autora, de acordo com a tabela anexa a lei, uma vez que os órgãos responsáveis por perícias acidentárias públicos (IML) não possuem estrutura suficiente para atender ao pleito

5.0 – DOS PEDIDOS:

Diante de todo o exposto requer:

a) Seja deferida a preliminar, visto **NÃO TER INTERESSE NA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO**, com base do art. 319, inciso VII; uma vez que a parte demandada não apresenta proposta de acordo antes da perícia judicial;

b) Os **BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA**, por ser a parte Autora pobre na forma da Lei, não tendo condições de arcar com as despesas Processuais, sem prejuízo do sustento próprio e de seus familiares.

c) A **CITAÇÃO DA PROMOVIDA** por carta Citatória, de acordo com o disposto no art. 246 do NCPC, para querendo contestar a presente ação, no prazo legal, sob pena de revelia.

d) intimar o Réu para **JUNTAR O PROCESSO ADMINISTRATIVO** de interesse do Autor;

e) Requer que seja nomeado perito judicial para **REALIZAÇÃO DE PERÍCIA**, com o fim de graduar a debilidade da parte autora, de acordo com a instrução normativa de n. 5/2015, que firma convênio para realização de perícias para estes fins.

f) a **TOTAL PROCEDÊNCIA DESTA AÇÃO** para condenar a Promovida ao pagamento da indenização até o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) devidamente atualizado com juros de 1% a.m. contados desde a data do acidente, conforme Súmula 54 do STJ e atualizados à data da efetiva liquidação, com respaldo na Lei 6.194/74.

g) Seja a demandada condenada em honorários advocatícios em valor equitativo ou 20% do valor da condenação, mais custas processuais e demais emolumentos.

h) Protesta por todos os meios de provas em direito admissíveis;



Dar-se-á a causa o valor de 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nestes termos

Pede e espera deferimento

Ibimirim/PE, 10 de março de 2020.

-

-

MARCOS ANDRÉ DA SILVA

OAB/PE nº 31.208

-

PEDRO PAULO DO NASCIMENTO VITAL

OAB/PE nº 34.240





PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:

JOSE LUCIANO DA SILVA, brasileiro, casado, agricultor, portador do RG nº 5.533.899, e inscrito no CPF sob o nº 026.621.054-61, residente e domiciliado na Travessa Alexandre Emerêncio, Nº328, Boa vista, CEP: 56.580-000, Município de Ibimirim/PE.

OUTORGADO:

MARCOS ANDRÉ DA SILVA, brasileiro, solteiro, advogado, portador do RG nº 5910744 SDS/PE, inscrito na OAB/PE sob o nº 31.208, e no CPF sob o nº 008.281.924-64 e **PEDRO PAULO DO NASCIMENTO VITAL**, brasileiro, solteiro, advogado, portado do RG nº 7409668 SDS/PE e inscrito no CPF sob o nº 074.046.194-08 e inscrito na OAB/PE sob o nº 34.240 ambos com endereço profissional na Avenida Manoel Vicente, nº 248 – Sala 01 1º andar, Bairro Centro, CEP: 56.580-000, Ibimirim – PE.

DOS PODERES: A OUTORGANTE nomeia e constitui como seu bastante procurador o **OUTORGADO**, outorgando-lhe amplos poderes, inerentes ao bom e fiel cumprimento deste mandato, bem como para o foro em geral, conforme estabelecido no artigo 38 do Código de Processo Civil, e os especiais para transigir, fazer acordo, firmar compromisso, substabelecer, renunciar, **INCLUSIVE AOS VALORES QUE PORVENTURA EXCEDAM O TETO DOS JEE**, desistir, reconhecer a procedência do pedido, receber intimações, receber e dar quitação, praticar todos atos perante repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, e órgãos da administração pública direta e indireta, praticar quaisquer atos perante particulares ou empresas privadas, recorrer a quaisquer instâncias e tribunais, podendo atuar em conjunto ou separadamente, podendo inclusive substabelecer o presente mandato com ou sem reservas, e com fim específico de patrocina Ação perante as Justiças Federal e Estadual em qualquer das suas instâncias, dando tudo por bom e valioso. **OS OUTORGANTES** conferem aos **OUTORGADOS**, poderes para declarar estado de hipossuficiência, conforme artigo 1º da Lei nº 7.115/83 e Lei nº 1.060/50. **CONTRATO QUOTALÍCIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS:** Ainda, os **OUTORGANTES**, pelo serviço profissional prestado através e em decorrência do presente mandato e por trata-se de contrato quotalício “*ad exitum*” ficam obrigados a pagar aos outorgados, a quantia correspondente a 30% (trinta por cento) do valor recebido pelo(a) Outorgante, independentemente das despesas decorrentes da ação respectiva, a título de vantagem, por meio de RPV ou qualquer outro meio legal, podendo o Outorgado requerer antes da expedição do Precatório, Requisição de Pequeno Valor – RPV ou pagamento administrativo, inclusive PAB, o devido desmembramento deste percentual, consoante disposto no EOAB (Lei Federal nº 8.906/94).

Ibimirim – PE, 14 de Dezembro de 2018.


JOSE LUCIANO DA SILVA

Ibimirim – PE - Avenida Manoel Vicente, nº 248 – Sala 01 1º andar, Bairro: Centro, CEP: 56.580-000/
Sertânia – PE - Rua Joao Arruda Filho, nº 224, COHAB, CEP 56.600-000
Tel.: (87) 3842-1529

E-mail: jusprev.advogadosassociados@gmail.com

1





DECLARAÇÃO DE POBREZA

De conformidade com a Lei federal nº 7.115 de 29/08/1983, eu **JOSE LUCIANO DA SILVA**, brasileiro, casado, agricultor, portador do RG nº 5.533.899, e inscrito no CPF sob o nº 026.621.054-61, residente e domiciliado na Travessa Alexandre Emerêncio, Nº328, Boa vista, CEP: 56.580-000, Município de Ibimirim/PE, declaro ser **POBRE na forma da lei e residir no endereço supra mencionado.**

Por ser verdade e em fé da mesma, assino a presente.

Ibimirim – PE, 14 de Dezembro de 2018.


JOSE LUCIANO DA SILVA

Ibimirim – PE - Avenida Manoel Vicente, nº 248 – Sala 01 1º andar, Bairro: Centro, CEP: 56.580-000/.

Sertânia – PE - Rua Joao Arruda Filho, nº 224, COHAB, CEP 56.600-000

Tel.: (87) 3842-1529

E-mail: jusprev.advogadosassociados@gmail.com



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 5.533.899 DATA DE EXPEDIÇÃO 11/06/2018

NOME << JOSÉ LUCIANO DA SILVA >>

FILIAÇÃO << DORACI TAVEIRA DA SILVA >>
<< EDITE MARIA DA CONCEIÇÃO >>

NATURALIDADE PAULO AFONSO - BA DATA DE NASCIMENTO 22/01/1970

DOC. ORIGEM << CC. 1.205 L.B04 F.74 CART. IBIMIRIM-PE 09.12.1999 >>

CPF 026.621.054-61

ASSINATURA DO TITULAR *Paulo de Carvalho*

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

418944681008155117.8201593 F-81 8.959 - 400X

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO TAVARES BUREL

12 R 17

10/04/2020 14:09:27

ASSINATURA DO TITULAR *José Luciano da Silva*

CARTEIRA DE IDENTIDADE



NOTA FISCAL | FATURA | CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA 2a VIA

COMPANHIA ENERGÉTICA
DE PERNAMBUCO
AV. JOÃO DE BARROS, 111, BOA VISTA,
RECIFE, PERNAMBUCO
CEP 50050-902
CNPJ 10.835.932/0001-08
INSCRIÇÃO ESTADUAL 0005943-93



Tarifa Social de Energia Elétrica - Lei 10.438, de 26/04/02
COMERCIAL 116 | PRONTIDÃO 116
Atendimento ao deficiente auditivo ou de fala: 0800 281 0142
Ouvidoria 0800 282 5599
Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado
de Pernambuco-ARPE: 0800-727-0167-Ligação Gratuita de Telefones Fixos
Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL
167-Ligação Gratuita de telefones fixos e móveis

DADOS DO CLIENTE MARIA JANAINA DA SILVA PROX AO C CICERO ALGUSTO GOMES CPF: 061.731.934-00 NIS: 16401180723	DATA DE VENCIMENTO 04/03/2020 TOTAL A PAGAR (R\$) 0,00	DATA EMISSÃO DA NOTA FISCAL 26/02/2020 DATA DA APRESENTAÇÃO 26/02/2020 NÚMERO DA NOTA FISCAL 098443072	CONTA CONTRATO 004002562974 Nº DO CLIENTE 2001941551 Nº DA INSTALAÇÃO 0001316129
ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA TV ALEXANDRE EMERENCIO 328 BOA VISTA/IBIMIRIM 56580-000 IBIMIRIM PE	CLASSIFICAÇÃO B1 RESIDENCIAL - BAIXA RENDA COM NIS Monofásico		
RESERVADO AO FISCO D592.7AB3.77ED.CE1F.DA55.51DA.7197.98E9			
As condições gerais de fornecimento (Resolução ANEEL 414/2010), tarifas, produtos, serviços prestados e tributos se encontram à disposição, para consulta em nossas unidades de atendimento e no site www.celpe.com.br			

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO	VALOR (R\$)
Consumo-TUSD até 30 kWh	30,00	0,09967836	2,99
Consumo-TUSD superior a 30 até 100 kWh	70,00	0,17087719	11,96
Consumo-TUSD superior a 100 até 220 kWh	16,00	0,25631578	4,10
Consumo-TE até 30 kWh	30,00	0,09172149	2,75
Consumo-TE superior a 30 até 100 kWh	70,00	0,15723684	11,00
Consumo-TE superior a 100 até 220 kWh	16,00	0,23585526	3,77
Acréscimo Bandeira AMARELA			0,08
Contrib. Ilum. Pública Municipal			5,81
Multa por atraso-NF 094553910 - 28/01/20			0,97
Juros por atraso-NF 094553910 - 28/01/20			0,16
Atualização IGPM-NF 094553910 - 28/01/20			0,08
TOTAL DA FATURA			43,67

INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS					
ICMS		PIS		COFINS	
BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO	BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO
0,00		0,00	36,65	0,75	0,27
			36,65	3,49	1,27

Tarifas Aplicadas		
Consumo-TUSD até 30 kWh	0,09545200	
Consumo-TUSD superior a 30 até 100 kWh	0,16363200	
Consumo-TUSD superior a 100 até 220 kWh	0,24544800	
Consumo-TE até 30 kWh	0,08783250	
Consumo-TE superior a 30 até 100 kWh	0,15057000	
Consumo-TE superior a 100 até 220 kWh	0,22585500	

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO		
	R\$	%
Geração de Energia	16,55	45,16
Transmissão	1,94	5,29
Distribuição (Celpe)	11,77	32,11
Encargos Setoriais	1,15	3,14
Tributos	1,54	4,20
Perdas de Energia	3,70	10,10
TOTAL	36,65	100

HISTÓRICO DO CONSUMO				kWh
FEV	20			116
JAN	20			138
DEZ	19			96
NOV	19			103
OUT	19			118
SET	19			94
AGO	19			71
JUL	19			56
JUN	19			91
MAI	19			107
ABR	19			97
MAR	19			89
FEV	19			92

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL									
NÚMERO DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR	ATUAL	Nº DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO kWh		
00000000040895442	CAT	28/01/2020 10.461,00	26/02/2020 10.577,00	29	1,00000	0,00	116,00		

DATA PREVISTA PARA A PRÓXIMA LEITURA: 26/03/2020

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES					
DESCRIÇÃO	CONJUNTO	VALOR APURADO	META MENSAL	META TRIM.	META ANUAL
dez/2019					
DIC-No.de horas sem Energia	IBIMIRIM	0,00	6,47	12,94	25,89
FIC-No.de vezes sem Energia		0,00	3,30	6,60	13,20
DMIC-Duração máxima de interrupção contínua		0,00	3,80	0,00	0,00
Limite DICRI: 12,22					
EUSD-Valor do Encargo de Uso = R\$ 18,23					
Todo Consumidor pode solicitar a apuração dos indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI a qualquer tempo.					

NÍVEIS DE TENSÃO	
TENSÃO NOMINAL(V)	LIMITE DE VARIAÇÃO(V)
	MÍNIMO MÁXIMO
220	202 231

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

DESTAQUE AQUI

CONTA CONTRATO	MÊS/ANO	TOTAL A PAGAR(R\$)	VENCIMENTO	TALÃO DE PAGAMENTO
004002562974	02/2020	0,00	04/03/2020	Evite dobrar, perfurar ou rasurar. Este canhoto será usado em leitora ótica.

PAGAMENTO ATRAVÉS DE FICHA DE COMPENSAÇÃO

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



Assinado eletronicamente por: PEDRO PAULO DO NASCIMENTO VITAL - 10/04/2020 14:09:27
 https://pje.tipe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20041014092699900000059469233
 Número do documento: 20041014092699900000059469233



Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco
HOSPITAL
Getúlio Vargas



Paciente: JOSE LUCIANO DA SILVA

Prontuário: 01069809

Data de Nascimento: 22/01/1970

Idade: 48a 10m 7d

Sexo: MASCULINO

RELATÓRIO MÉDICO

O Paciente Supra-citado, foi atendido nesta data, com diagnostico de:

M54.2

M54.4

M48.0

M51.1

Feito o Exame de RESSONANCIA MAGNÉTICA DA COLUNA CERVICAL E LOMBAR

Observação:

PACIENTE COM HISTÓRIA DE ACIDENTE MOTOCICLISTICO HA 2 ANOS, EVOLUNDO COM DOR EM REGIAO CERVICAL E LOMBAR. RELATA DIMINUIÇÃO DA FORÇA E SENSIBILIDADE EM MMII. FEZ USO DE PREGABALINA E FISIOTERAPIA, SEM MELHORA. 17/08/2018: RNM DA COLUNA CERVICAL EVIDENCIA ARTROSE COM BARRAS DISCOOSTEOFITARIAS C3-C4 E C5-C6 COM ALTERAÇÃO DO SINAL MEDULAR NO NÍVEL C3-C4
RNM DA COLUNA LOMBAR EVIDENCIA DISCOPATIA DEGENERATIVA L2-L3 A L4-L5 COM PONTO CRÍTICO L4-L5 DE GRANDE ESTENOSE DO CANAL VERTEBRAL

AO EXAME:
SENSIBILIDADE PRESERVADA EM MSS / HOFMAN POSITIVO BILATERAL
HIPERREFLEXIA PATELAR BILATERAL
CLONUS NEGATIVO
FORÇA GRAU 5
ALTERAÇÃO NA MARCHA (ESPASTICA)

SOLICITO NOVA RNM DA COLUNA CERVICAL /TORÁCICA / LOMBAR

Dr. André P. Dias Duarte
Ortopedia e Traumatologia
CRMPE 26721

Recife, 08 DE AGOSTO DE 2019

HOSPITAL GETULIO VARGAS - HGV
Av. Gal. San Martin, S/N - Cordeiro - Recife - PE - 50630-060
CNPJ - 10.572.048/0005-51
Fone - (81) 3184-5600

SETOR DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA
CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

FICHA DE ATENDIMENTO DE ENFERMAGEM

CLASSIFICAÇÃO	VERMELHO	AMARELO	VERDE	AZUL	
NOME:	Jose Luciano de Silva (NOME SOCIAL)			IDADE:	47 anos
SITUAÇÃO / QUEIXA:					

Vítima de acidente por moto. he + 2 horas.
+ ferimento na face e escarificacoes + sinais
de etilismo

PROCEDÊNCIA							
RESIDÊNCIA	VIA PÚBLICA	TRABALHO	UNIDADE DE SAÚDE				
DOENÇAS PREEXISTENTES:	14.05.10m						
INTOLERÂNCIA / ALERGIA:	negar, alergia benzetoil						
PARÂMETROS							
PA 70 x 50	P	R	T	sPo2	HGT 1.70	GLASGOW	PESO
RÉGUA DE DOR	LEVE		MODERADA		GRAVE		

ACIDENTE DE TRABALHO () SIM () NÃO

CONSCIENTE	ORIENTADO	DESORIENTADO	ANSIOSO	CALMO
AGITADO	TORPOROSO	COMATOSO	NÃO ATENDE VOZ DE COMANDO	


RITMO SINUSAL	PALPITAÇÕES	TAQUICARDIA	BRADICARDIA
DISPNEIA AOS ESFORÇOS	DISPNEIA EM REPOUSO	DISPNEIA P. NOTURNA	
CIANOSE	PALIDEZ	SUDORESE	

DOR TORÁCICA					
INTENSA	MODERADA			LEVE	
DURAÇÃO DA DOR	LOCALIZAÇÃO				
IRRADIAÇÃO DA DOR					
BRAÇO E	BRAÇO D	ABDOME	ESCÁPULA	MANDÍBULA	TÓRAX POSTERIOR
DOR PRESENTE					
EM REPOUSO		AOS ESFORÇOS		QUANDO RESPIRA	

ESTASE JUGULAR	EDEMA DE MMII	EDEMA DE FACE	EDEMA OUTROS	
DEFICIT MOTOR FACE	DM MSD	DM MSE	DM MID	DM MIE
FLUXOGRAMA	ao curar			

Data 16/09/17

16/09/17


Assinatura e carimbo
Dra Karina B. M. de Almeida
Enfermeira
COREN-PE 381.002

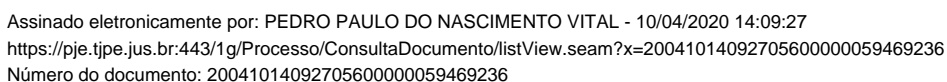


51 SVS

ACIDENTE DE TRABALHO () SIM () NÃO

ATENÇÃO MÉDICA						
PA	FC	P	R	T	HGT	PESO
CLÍNICO:		CIRÚRGICO:		ORTOPÉDICO:		PEDIÁTRICO
QUEIXA PRINCIPAL: Dor no abdômen, náuseas e vômitos.						
História: Paciente com dor no abdômen há alguns dias, associada a náuseas e vômitos.						
Exame físico: Abdomen doloroso à palpação profunda.						
Exame físico: Sem alterações significativas.						
AR						
AD Plano, I - não depressão, 6 - emis. D. com						
ACV						
ALC						

ÓTESE DIAGNÓSTICA: *Polio*





**Prefeitura de
Ibimirim**
União, Trabalho e Desenvolvimento

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 10.427.619/0001-30

BOLETIM DE ENFERMAGEM

DATA e HORA: 16/09/2017 17:00 Hrs		Cartão SUS: 700.4034.3929.2445	
NOME: Jori Luciana da Silva		DATA NASC.: 22/01/1970	
PROFISSÃO: Agricultor	SEXO: M <input checked="" type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	RG/CPF: 026621054-61	
END. COMPLETO: Boa Vista		RESP.: ()	
ACIDENTE DE TRABALHO <input type="checkbox"/> CONSULTA <input type="checkbox"/>		TEL. CONTATO: ()	
TIPO DE ATENDIMENTO: ACIDENTE DE TRÂNSITO <input checked="" type="checkbox"/> OUTROS? <input type="checkbox"/>			
AGRESSÃO <input type="checkbox"/>			
SSVV: PA: 130 X 90	HGT: 95 mg/dl	F.R.: 28 imp.	F.C.: 60 bpm
TEMP.: 37 °C	PESO: ____ KL	SPO2: 95%	
PORTADOR DE: HAS: <input type="checkbox"/> DIABETES: <input type="checkbox"/> OUTROS: QUAL? _____	ALERGIA: Nega		
CLASSIFICAÇÃO DE RISCO: VERMELHO: <input checked="" type="checkbox"/> LARANJA: <input type="checkbox"/> AMARELO: <input type="checkbox"/> VERDE: <input type="checkbox"/> AZUL: <input type="checkbox"/>			
HISTÓRIA E EXAME FÍSICO: Pac. vítima de acidente motociclistas, deu entrada nesta unidade, admitido pelo enfermeiro plantonista, G. Lydrson Nayan Buena da Silva; apresentando-se, alcoolizado, dismetabolado, pouco responsivo, hipotônico. Apresentando lesões na região do tronco, MMSS e TCC, com ferimentos. Ao ser admitido, foi encaminhado ao H.R.P. e sinais de quiescência, com sinais de sangramento.			
ENFERMEIRO/CARIMBO E COREN:	Ariel Silva Souza COREN-PE 394.964 ENF Enfermeiro		
Coordenador de enfermagem Portaria Nº 324/2017			



DADOS PESSOAIS			
DATA e HORA: 16.09.17 17:00h		CARTÃO SUS:	
NOME: José Luciano da Silva		DATA NASC.: 22.01.1970	
PROFISSÃO: Agricultor	SEXO: M <input checked="" type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	RG/CPF:	
END. COMPLETO: Boa Vista		TEL. CONTATO: ()	
RESP.: M ^{re} Janciana da Conceição		MÉDICO:	
RECEPEÇÃO: Cristiane R. de Moura		ENFERMEIRO (A): Nayon Bezerra	
LOCAL ORRÊNCIA: Campos		VIGILANTE: Manoel Tomaz	
		TRAZIDO POR: J. Espinoza	
OCORRÊNCIA			
<p>Paciente vítima de acidente automobilístico, deu entrada neste serviço alcoolizado, diminuído, pou- co responsivo, hipotensivo. Apresentando lesões abma- nais ao longo do tórax e UNSS; além de le- são tendão peroneal direita. Ao suspeitar de contusão e devido aos níveis de glicemia e urina serem sangüíneos, examinando ao HNRBC.</p>			
<p style="text-align: right;">Nayon Bezerra Enfermeiro Plantonista COREN/PE 311239</p>			



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - PE Nº 013153929261
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA 1 Cód. RENAVAM 251458741 R.N.T.R.G. ***** EXERCÍCIO 2017

NOME

ALBERTO DE HOLANDA

IBIMIRIM-PE

CPF / CNPJ 039.478.304-24 PLACA PEH1847

PLACA ANT / UF ***** / PE CHASSI 9C2JC4110AR634687

ESPÉCIE TIPO PAS / MOTOCICLISTA COMBUSTÍVEL GASOLINA

MARCA / MODELO HONDA/CG 125 FAN KS ANO FAB. 2010 ANO MOD. 2010

CAP / POT / cil. 2P/124CL CATEGORIA PARTIC COR PREDOMINANTE VERMELHA

COTA ÚNICA VENC. COTA ÚNICA 1ª *****

IPVA 2017 QUITADO 2ª *****

FADIA LPVA. 1 PARCELAMENTO / COTAS 3ª *****

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$) IOF (R\$) PRÊMIO TOTAL (R\$) DATA DE PAGAMENTO

SEGURO PAGO

OBSERVAÇÕES

SEM RESERVA

IBIMIRIM LOCAL DATA 16/02/17

Charles Andrews Sousa Ribeiro

Director Presidente DETRAN/PE

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULO AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS TRANSPORTADAS OU NAO - SEGURO DPVAT

PE Nº 013153929261 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ALBERTO DE HOLANDA
TRAV ALEXANDRE EMERENCIO 246 56580-000
BOA VISTA CENTRO IBIMIRIM-PE

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.seguradoralider.com.br
SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO 2017 DATA EMISSÃO 16/02/17

VIA 1 CPF / CNPJ 039.478.304-24 PLACA PEH1847

RENAVAM 251458741 MARCA / MODELO HONDA/CG 125 FAN KS

ANO FAB. 2010 CAT. TARIF. 09 Nº CHASSI 9C2JC4110AR634687

PRÊMIO TARIFÁRIO

FNS (R\$) DENATRAM (R\$) CUSTO DO SEGURO (R\$)

CUSTO DO BILHETE (R\$) IOF (R\$) TOTAL A SER PAGO PELO SEGURO (R\$)

SEGURO PAGO

PAGAMENTO COTA ÚNICA PARCELADO

SEGURADORA LÍDER - DPVAT

CNPJ 09.246.000/0001-04

DESTAQUE E GUARDE O BILHETE DPVAT
ELA NÃO É DE PORTE OBRIGATORIO



3180.081.768

Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, ALBERTO DE HOLANDA,
RG nº 6.101.063, data de expedição .x./x./x.x
Órgão SDS-PE, portador do CPF nº 039.478.304-24, com
domicílio na cidade de IBIMIRIM, no Estado de
PERNAMBUCO, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)
TRAVESSA ALEXANDRE E PERENCIO, nº 246,
complemento .x.x.x.x.x, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo
mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a
vítima JOSE LUCIANO DA SILVA, cujo o condutor era
Jose Luciano da Silva.

Veículo: motocicleta
Modelo: Honda CG 125 FAN KS
Ano: 2010
Placa: PEH 1847
Chassi: 9C2JC4110AR634687
Data do Acidente: 16/09/2017
Local e Data: Ibimirim, 26/02/2018.



Alberto de Holanda
Assinatura do Declarante



Jose Luciano da Silva
Assinatura do Condutor (caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro)

CARTÓRIO ÚNICO DE IBIMIRIM/PE Claudilene Gomes Correia
At. Manoel Vieira, 432 - Centro - Ibimirim/PE - CEP: 56.580-500 - Tel: (37) 3811-1706 - E-mail: claudilene@cartorioibimirim.com.br / TABELA
Reconheço POR AUTENTICIDADE a firma de ALBERTO DE HOLANDA: dou fé.
Eol. R\$ 3,39; TSNR R\$ 0,80; FERC R\$ 0,40; ISS R\$ 0,20. Ibimirim,
12/03/2018 08:19:04. Em testemunho da verdade.
Selo:0076992.BYB02201801.00492.
APOLONIO RODRIGUES DOS SANTOS - ESCRIVENTE
consulte autenticidade em www.tjpe.jus.br/sistodigital



CARTÓRIO ÚNICO DE IBIMIRIM/PE Claudilene Gomes Correia
At. Manoel Vieira, 432 - Centro - Ibimirim/PE - CEP: 56.580-500 - Tel: (37) 3811-1706 - E-mail: claudilene@cartorioibimirim.com.br / TABELA
Reconheço POR AUTENTICIDADE a firma de JOSE LUCIANO DA SILVA: dou fé.
Eol. R\$ 3,39; TSNR R\$ 0,80; FERC R\$ 0,40; ISS R\$ 0,20.
Ibimirim, 02/03/2018 08:19:05. Em testemunho da verdade.
Selo:0076992.DYY02201801.00493.
APOLONIO RODRIGUES DOS SANTOS - ESCRIVENTE
consulte autenticidade em www.tjpe.jus.br/sistodigital



2 de 2

02/03/2018 08:30



19ª USPC
161ª Circunscrição
Ibimirim

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 161ª CIRCUNSCRIÇÃO - IBIMIRIM - DP 161ª CIRC DINTER 2/19ª DESEC

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. 17E0251000502

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia 23/11/2017 às 16:22

ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culposos (Consumado) que aconteceu no dia 16/9/2017 às 16:30

Fato ocorrido no endereço: BR 110, POVOADO CAMPOS - IBIMIRIM/PERNAMBUCO/BRASIL Próximo a: MUNICÍPIO DE IBIMIRIM, 1 - Bairro: BOA VISTA - IBIMIRIM/PERNAMBUCO/BRASIL
Local do Fato: VIA PÚBLICA

Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:

NÃO SE APLICA (AUTOR/AGENTE)
ALBERTO DE HOLANDA (OUTRO)
JOSÉ LUCIANO DA SILVA (VÍTIMA)

Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:

VEÍCULO: (Usado na geração da ocorrência), que estava em posse do(a) Sr(a): JOSÉ LUCIANO DA SILVA

Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)

JOSÉ LUCIANO DA SILVA (presente ao plantão) - Sexo: Masculino Mãe: EDITE MARIA DA CONCEIÇÃO Pai: DORACI TADEIRA DA SILVA Data de Nascimento: 22/11/1970 Naturalidade: PAULO AFONSO / BAHIA / BRASIL Documentos: 5533899/SSPIPE (RG) Estado Civil: CASADO(A) Profissão: AGRICULTOR(A) Telefones Celulares: -87999695031

Endereço Residencial: 3ª TRAVESSA ALEXANDRE EMERENCIO, 328 - CEP: 0 - Bairro: BOA VISTA - IBIMIRIM/PERNAMBUCO/BRASIL, POR TRÁS DA ESCOLA DA BOA VISTA

NÃO SE APLICA (não presente ao plantão) - Sexo: Desconhecido Naturalidade: NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL

ALBERTO DE HOLANDA (não presente ao plantão) - Sexo: Masculino Naturalidade: NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL

Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)

MOTOCICLETA (VEÍCULO) de propriedade do(a) Sr(a): ALBERTO DE HOLANDA, que estava em posse do(a) Sr(a): JOSÉ LUCIANO DA SILVA

Categoria/Marca/Modelo: MOTOCICLETA/HONDA/CG 125 Objeto apreendido: Não
Cor: VERMELHA - Quantidade: 1 (UNIDADE NÃO INFORMADA)

Placa: PEH1847 (PERNAMBUCO/IBIMIRIM) Renavam: 251458741 Chassi: 9C2JC4110AR634687
Ano/Fabricação/Modelo: 2010/2010 Combustível: GASOLINA

Complemento / Observação

RELA TA A VÍTIMA QUE CONDUZIA O VEÍCULO EM EPÍGRAFE EM SUA MÃO DE DIREÇÃO SENTIDO IBIMIRIM-CAMPOS, QUANDO PRÓXIMO AO POVOADO CAMPOS ESTOUROU O PNEU DIANTEIRO DA MOTO QUE CONDUZIA, PERDEU O CONTROLE, CAIU AO



Rio de Janeiro, 28 de Novembro de 2018

Aos Cuidados de: JOSE LUCIANO DA SILVA

Nº Sinistro: 3180429811
Vítima: JOSE LUCIANO DA SILVA
Data do Acidente: 16/09/2017
Cobertura: INVALIDEZ
Procurador: WALDIR FERREIRA GUEDES DE OLIVEIRA

Assunto: NEGATIVA TÉCNICA - SEM SEQUELAS

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no seu pedido de indenização (sinistro número **3180429811**), esclarecemos que não foram identificadas sequelas permanentes em razão do acidente ocorrido em **16/09/2017**. Por esse motivo, o seu pedido de indenização foi **negado**.

Qualquer dúvida, é só ir até o nosso site **www.seguradoralider.com.br**, ou ligue através do telefone **0800 022 12 04** (ligação gratuita) ou **0800 022 12 06** que atende apenas aos deficientes auditivos e de fala. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 01005/01006 - carta_04 - INVALIDEZ



Carta nº 13644548





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
Vara Única da Comarca de Ibirimir

AV MANOEL VICENTE, S/N, Forum da Comarca de Ibirimir- Sem Denominação, Centro, IBIMIRIM - PE - CEP: 56580-000 - F:(87) 38420937

Processo nº **0000149-31.2020.8.17.2690**

AUTOR: JOSE LUCIANO DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

DESPACHO

1. TENHO QUE O VALOR A SER PERCEBIDO ALTERA SIGNIFICATIVAMENTE A CONDIÇÃO FINANCEIRA DA AUTORA E, POR ISSO, INDEFIRO O PEDIDO DE GRATUIDADE JUDICIÁRIA. TODAVIA, RESERVO O RECOLHIMENTO DO VALOR DAS CUSTAS AO FINAL DO PROCESSO;

2. **Intime-se a parte requerida para juntar cópia do JUNTAR O PROCESSO ADMINISTRATIVO de interesse do Autor , no prazo da contestação;**

2.1 Defiro o pedido constante nos itens “e”, para tanto: intimem-se as partes para apresentarem quesitos, no prazo legal. Após, proceda-se a Secretaria os expediente necessários a realização da perícia médica e social:

DEIXO DE DESIGNAR AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO EM VIRTUDE DE PEDIDO EXPRESSO DA PARTE AUTORA;

2.3 CITE-SE a parte requerida para apresentar **contestação** no prazo de **15 (quinze) dias**, advertindo-a de que se não ofertar contestação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (artigo 344 do NCPC);

3. **havendo contestação, intime-se a parte autora para, querendo, apresentar réplica à contestação** (artigos 350 e 351 do NCPC), **no prazo de 15 (quinze)**



dias, sob pena de preclusão, bem como, e, no mesmo prazo, intinem-se as partes para declinarem se pretendem produzir outras provas, indicando-as e especificando sua finalidade, vedado o protesto genérico, sob pena de indeferimento, **ADVERTINDO-AS de que sua omissão importará em julgamento antecipado da lide** (artigo 355, I, do NCPC);

4. Intime-se o representante do Ministério Público, se necessário intervir no feito;

5. **Caso a parte ré não seja encontrada no endereço informado na Inicial**, intime-se a parte autora, por seu advogado, para se manifestar sobre a certidão do Oficial de Justiça, bem como para dar prosseguimento ao feito, no **prazo de 15 (quinze) dias** (artigo 240, §1º do NCPC), fornecendo os meios necessários para a continuidade do processo, instruindo este e/ou apresentando requerimento compatível com o atual estágio processual, inclusive fornecendo o endereço atualizado da parte ré, devendo ser renovado o ato citatório, sob pena de extinção do processo. **Mantendo-se inerte**, abra-se vista ao representante do Ministério Público para se manifestar no **prazo de 30 dias (artigo 178 do NCPC)**.

6. Nos termos da Recomendação nº 03/2016-CM/TJPE, **ESTE DESPACHO POSSUI FORÇA DE MANDADO, não devendo ser devolvido ou feita nova conclusão ao Juiz até a realização da audiência mencionada no item anterior.**

Ibimirim, 13 de abril de 2020.

Gustavo Silva Hora

Juiz de Direito



AV MANOEL VICENTE, S/N, Forum da Comarca de Ibimirim- Sem Denominação, Centro, IBIMIRIM - PE - CEP:
56580-000

Vara Única da Comarca de Ibimirim
Processo nº 0000149-31.2020.8.17.2690
AUTOR: JOSE LUCIANO DA SILVA
REQUERIDO: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

IBIMIRIM, 1 de maio de 2020.

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO C/ AR

Destinatário(s):

Nome: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA
Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, 5 andar, - de 58 ao fim - lado par, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP:
20031-205

Através da presente, fica V. Sa. **CITADO(A)** para tomar ciência de todos os termos da ação em epígrafe, que tramita perante o Juízo acima indicado, e integrar a relação processual, bem como **INTIMADO(A)** para oferecer contestação, tudo conforme decisão prolatada, em anexo, e diante da petição inicial, cujo teor pode ser consultado por meio do endereço eletrônico fornecido neste documento.

Prazo: O prazo para responder a ação, querendo, é de **15 (quinze) dias**, contados da juntada do Aviso de Recebimento (AR) aos autos.

Advertência: Não sendo contestada a ação no prazo marcado, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo Autor na petição inicial (art. 344 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015).

Para acessar a Petição Inicial, siga os passos abaixo:

- 1 – Acesse o link: <https://www.tjpe.jus.br/contrafelg>
- 2 – No campo “Número do Documento”, digite: 20041014092682400000059469231

Obs.: O presente processo tramita de forma eletrônica através do sistema PJe. Independentemente de cadastro prévio, a parte/advogado poderá realizar consulta através do seguinte endereço eletrônico: <https://pje.tjpe.jus.br/1g/ConsultaPublica/listView.seam>
Toda a tramitação desta ação deverá ser feita através do referido sistema, sendo necessária a utilização de Certificação Digital. As instruções para cadastramento e uso do sistema podem ser obtidas através do seguinte endereço na internet: <http://www.tjpe.jus.br/web/processo-judicial-eletronico/cadastro-de-advogado>

Eu, RODRIGO DA SILVA FELICIANO, Chefe de Secretaria, o digitei.

RODRIGO DA SILVA FELICIANO

Chefe de Secretaria

Assina por ordem do(a) Juiz(a) de Direito da Vara



A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: www.tjpe.jus.br – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [<https://pje.tjpe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.

